ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI - BIRIGUIPREV, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 15h, na Sala de Reuniões do Instituto de Previdência do Município de Birigui – BiriguiPrev, instalada na Rua Fundadores, 355, Centro, Município e Comarca de Birigui, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Birigui - BiriguiPrev. Foi feita a convocação através do Ofício Circular nº 33/2026, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Birigui em 03/11/2026. Estavam presentes, conforme se pode comprovar pelas respectivas assinaturas apostas na folha nº 33 verso, do Livro de Presença nº. 7, os Conselheiros: Luiz Carlos Mascarenhas Ferreira, Elza Maria Rodrigues, Evandro César Zampieri da Silva, Robson Honorato da Costa, Antonio Valter da Silva. Participaram também da reunião, João Gilberto Machado Kitamura, representante do Conselho Deliberativo, Rodrigo Gracia Magnabosco e André Henrique Nogueira, representantes do Comitê Gestor de Investimentos, Gilson Paulino da Silva, presidente do SISEP, Guiomar de Souza Pazian, Superintendente e Fernando Aparecido de Oliveira Tomazini, Diretor Financeiro. Da pauta da ordem do dia, tempestivamente comunicada aos Senhores Conselheiros, constavam os seguintes assuntos a serem analisados: **1. Apresentação da Conde Consultoria Atuarial Ltda. Sobre o Estudo de Aderência das Premissas Biométricas e Financeiras**, conforme solicitado na 4ª Reunião Ordinária, de 26/10/2026, com os seguintes esclarecimentos: 1.1. **Tábua de mortalidade dos servidores.** Entre 2021 e 2025, o número de óbitos de servidores do sexo masculino foi bem maior do que a tábua escolhida previa: 149 óbitos, contra cerca de 103 previstos. Outras tábuas analisadas no próprio estudo ficaram mais próximas do que realmente aconteceu. Por que a tábua atual foi mantida? Qual seria o efeito, em reais, nas reservas, no déficit e no custo anual do Plano Previdenciário se fosse adotada a tábua mais próxima da realidade? 1.2. **Tábua de aposentadoria por invalidez.** Entre 2021 e 2025 ocorreram 54 aposentadorias por invalidez, enquanto a tábua mantida previa 29. Por que ela foi mantida? Qual seria o efeito, em reais, nas reservas, no déficit e no custo anual do plano, da troca por uma tábua mais próxima do que foi observado? 1.3. **Dados utilizados e efeito da pandemia.** As aposentadorias por invalidez passaram de 1 por ano, em 2021 e 2022, para 16, 20 e 16 nos anos seguintes, e os óbitos de 2021 foram bem acima dos demais anos. Esses dados foram conferidos? O estudo considerou o efeito da pandemia de Covid-19, seja por processos de invalidez represados, seja por sequelas da doença? Como ficariam os resultados desconsiderando os anos mais afetados? **2. Esclarecimentos sobre a Avaliação Atuarial de 2025**, apresentada no Relatório de Gestão 2025: 2.1. **Resultado técnico**. A soma das linhas do quadro resulta em déficit de R$ 86,6 milhões, mas o valor informado é de R$ 77,7 milhões. O que explica essa diferença de 8,93 milhões? 2.2. **Plano de equacionamento.** O valor do equacionamento do déficit aparece igual em 2024 e em 2025 (R$ 72.646.454,00). Ele foi recalculado? **3. Manifestação do Conselho Fiscal** sobre a ressalva registrada na ata da 4ª Reunião Ordinária (26/10/2026), referente ao Estudo de Aderência, após os esclarecimentos. **4. Outros Assuntos**. A reunião começou com o Sr. André, da Conde Consultoria agradecendo ao Conselho Fiscal pela convocação da reunião para dirimir as dúvidas. Apresentou em forma de slide as informações. Quanto ao questionamento do Ofício Circular, informou que quanto ao item 1.1., embora tenham ocorrido mais óbitos que os previstos, explicou que de forma prudencial deve se escolher uma tábua com menor mortalidade. Quanto ao item 1.2., informou que em relação à quantidade de concessões de aposentadoria por invalidez ser superior à tábua não houve aderência com nenhuma das tábuas vigentes. Quanto ao item 1.3., informou que houve o estudo levando em consideração o Covid-19 mas que o resultado não seria diferente do estudo atual. Quanto ao item 2.1., informou que a diferença encontrada foi em razão da utilização de 60% (sessenta por cento) dos valores referentes à geração futura. Quanto ao item 2.2., informou que não houve a necessidade, até o momento, de se rever o

equacionamento do déficit pois o mesmo está para ser pago por valor determinado anualmente. Fez a ressalva de que, no entendimento da consultoria atuarial o impacto está na taxa de juros que poderia sair de 5,66% para 6,41%. O Conselho deliberou por aguardar o envio da Ata que será confeccionada pela Conde Consultoria assim como as simulações com as outras tábuas e o impacto atuarial para deliberar sobre o item 3 do Ofício Circular, fechando então as ressalvas apontadas nas outras Atas e que será marcada uma nova reunião extraordinária. **Em tempo:** O Presidente do Conselho Fiscal sugeriu avaliar a aquisição de novas NTN-B, aproveitando a elevação das taxas de mercado. A Superintendente informou que foi aberto processo licitatório para contratação de novo estudo de ALM. Nada mais havendo para tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros, dos membros da Diretoria Executiva, e declarou encerrada a presente reunião às16h18min. De todo o ocorrido, lavrou-se a presente Ata que vai assinada por todos os presentes à reunião.

CONSELHO FISCAL:

Evandro César Zampieri da Silva
Presidente
Certificado – ANBIMA/CEA
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV III

Luiz Carlos Mascarenhas Ferreira
Membro Titular

Robson Honorato da Costa
Suplente

Elza Maria Rodrigues
Membro Titular
CERTIFICAÇÃO TOTUM CR RPPS CODEL I

Antonio Valter da Silva
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV I
Suplente

João Gilberto Machado Kitamura
Membro Titular do Conselho Deliberativo
CERTIFICAÇÃO TOTUM CP RPPS CODEL I
CERTIFICAÇÃO APIMEC - CP RPPS CODEF II

André Henrique Nogueira
Membro Titular
Coordenador do Comitê Gestor de Investimentos

Rodrigo Gracia Magnabosco
Membro Titular do Comitê Gestor de Investimentos

Fernando Aparecido de Oliveira Tomazini
Diretor Financeiro
Certificado – TOTUM CP RPPS DIRIG II
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV I

Guiomar de Souza Pazian
Superintendente
Certificado - TOTUM CP RPPS DIRIG I
Certificado – APIMEC – CP RPPS DIRIG II
Certificado ANASPS – CP RPPS CGINV III